

# PortugalParticipa

REDE DE AUTARQUIAS PARTICIPATIVAS *magazine*



PRÉMIO DE BOAS PRÁTICAS DE  
PARTICIPAÇÃO - 2019

## Índice

- 7 Laboratório Vivo do Bussaco do Município de Mealhada
- 9 Mealhada, Compromisso para a Construção de um Território Educador
- 11 Projeto Consigo do Município de Guimarães
- 13 Projeto Tabu! do Município de Guimarães
- 15 “Ler Não Custa Nada” do Município de Valongo
- 17 Sessões de Educação Política e para a Cidadania do Município de Lagoa, Açores
- 19 Caminhadas sem lixo do Município de Mértola
- 20 Parlamento Concelhio - Pequenos Grandes Políticos do Município de Braga
- 21 Mini Presidente da União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão
- 23 Orçamento Participativo Municipal de São Roque do Pico
- 25 “Gestão Autárquica de Proximidade” do Município de Lagoa, Algarve
- 26 Lourinhã #Governança Transparente do Município de Lourinhã
- 27 Provedor Municipal do Município de Gondomar
- 29 “Igualdade Local, Cidadania Responsável” do Município de Oliveira do Hospital
- 31 Projeto Educativo Municipal, Leiria Concelho Educador - 2018 / 2021
- 33 Núcleos de Proteção Civil (NPC) do Município do Funchal
- 35 ENCOSTA - Programa de Regeneração Urbana e Social da Encosta de S. Vicente de Comunicação e Divulgação

### FICHA TÉCNICA

Município de Lagoa, Algarve

Município de Lourinhã

#### Título

Município de Oliveira do Hospital

Revista da Rede  
de Autarquias Participativas -  
Prémio de Boas Práticas de Participação  
2019

Município de Leiria

Município do Funchal

Município de Gondomar

Município de Torres Vedras

#### Colaboraram

Município de Mealhada  
Município de Guimarães  
Município de Valongo  
Município de Lagoa, Açores  
Município de Mértola  
Município de Braga  
Município de São Roque do Pico  
União de Freguesias de Massamá  
e Monte Abraão

#### Edição

Rede de Autarquias Participativas



## INTRODUÇÃO

A Rede de Autarquias Participativas é uma estrutura colaborativa, impar em Portugal, que tem vindo a estimular a emergência e consolidação de práticas e processos de participação cidadã um pouco por todo o país, com o objetivo de reforçar a democracia local.

Uma das frentes de maior importância para a Rede é a capacitação dos agentes autárquicos para as novas dinâmicas de democracia participativa, assegurando este trabalho através de momentos formais mas também da troca de experiências entre pares.

Reconhecer o investimento em curso por parte dos nossos membros é também uma das missões da Rede, razão pela qual organizamos, anualmente, o Prémio de Boas Práticas de Participação Cidadã em Portugal. Este visa distinguir o esforço das autarquias e das suas comunidades na promoção dos valores democráticos, num momento da história das sociedades humanas em que dinâmicas menos positivas tendem a desacreditar este extraordinário sistema de governação.

A presente publicação reúne todas as propostas apresentadas no âmbito da quarta edição do Prémio, referente ao ano de 2018. A sua divulgação é uma obrigação para nós, na medida em que acreditamos que podem ser úteis e inspiradoras para outras comunidades e territórios igualmente implicados no reforço da participação cívica e na revitalização da democracia.

Continuamos, assim, empenhados em afirmar Portugal como um “laboratório” de experimentação de formas mais intensas de viver a democracia, ampliando os espaços de envolvimento dos cidadãos na boa gestão pública.

### **José Manuel Ribeiro**

Presidente da Câmara Municipal de Valongo  
Presidente da Rede das Autarquias Participativas

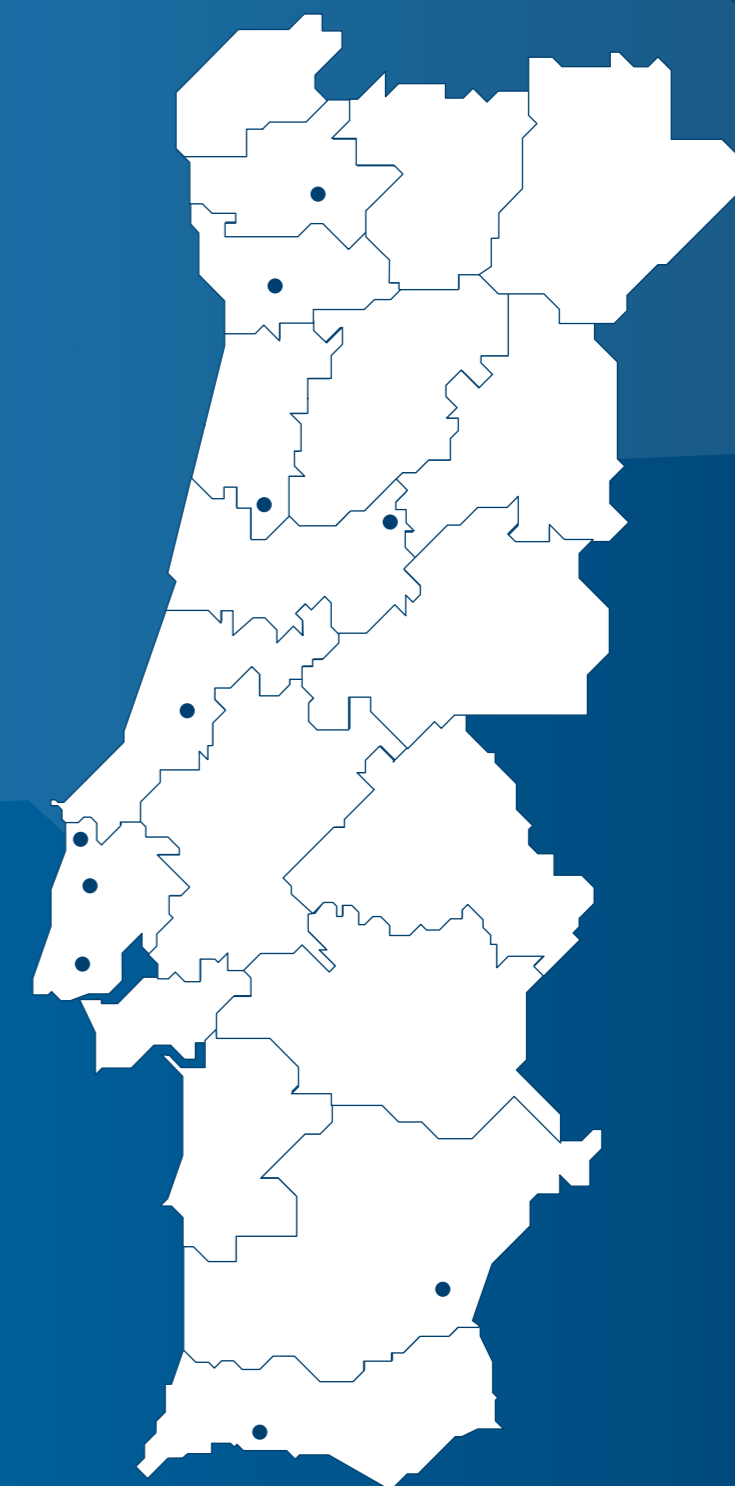
# Conheça as Práticas de Participação concorrentes

Estas ilustram o esforço que os membros da Rede de Autarquias Participativas estão a fazer, um pouco por todo o país, para reforçar a participação cidadã e melhorar a nossa democracia.

Continente

Madeira

Açores



# Laboratório Vivo do Bussaco do Município de Mealhada

O Laboratório Vivo do Bussaco assume-se como um espaço de experimentação, um ecossistema de inovação aberta à escala da região que envolve a Mata Nacional do Bussaco (Mealhada, Mortágua e Penacova), que se desenvolve numa parceria entre a Câmara Municipal de Mealhada (proprietária do Centro de Interpretação Ambiental) e a Fundação Mata do Buçaco (entidade gestora da Mata Nacional).

Tem um carácter multidisciplinar, participativo, inclusivo, numa abordagem sistémica da “Cultura e Natureza”, promovendo a educação para os valores, como a sustentabilidade, a solidariedade, a cooperação e a co-responsabilização, de forma lúdica, de modo a qualificar públicos jovens, indo assim ao encontro ODS 2030.

As atividades são de âmbito não formal e identificadas com base numa metodologia participativa (bottom-up) de auscultação dos participantes, comunidade escolar (directores, professores e serviço de educação da autarquia) e associações.

Após de elencadas as sugestões pelos participantes, estas são agrupadas e priorizadas, de modo a dar resposta a conteúdos programáticos, com base em situações de vida e do contexto do território.

Estas são planeadas na óptica da vivência e da aprendizagem que o participante pode fazer e o impacto que terá na comunidade, em termos de salvaguarda da Mata e do Planeta em geral, partindo do princípio “Pensar Global, Agir Local”.

Assim, as actividades obedecem a diferentes tipologias:

- **Exposições temáticas;**
- **Workshops/oficinas/ateliers;**
- **Ações de formação;**
- **Fora de portas para famílias** (ex: trilhos e Catrapim);
- **Concursos;**
- **Comemorações de efemérides, etc.**

As sessões assentam em princípios Living Lab e da metodologia do Ciclo de Aprendizagem Vivencial de Kolb, onde o participante reflete sobre as práticas, muda comportamentos e cria relações afetivas.

O Laboratório Vivo do Bussaco permitiu uma nova abordagem e intervenção da administração local, congregando em torno de um projeto comum, objetivos de diferentes entidades com interesses diretos no Bussaco, numa lógica intermunicipal.



# Mealhada, Compromisso para a Construção de um Território Educador

O Plano Estratégico Educativo Municipal da Mealhada (PEEM) assume-se, assim, como um instrumento de carácter estruturante, regulador das orientações estratégicas e das práticas educativas para o território.

Nesse sentido, implicou processos dinâmicos de análise, diagnóstico, monitorização, avaliação e, sobretudo, de partilha do compromisso e da responsabilidade educativa entre os atores educativos, num determinado espaço com identidade própria e objetivos partilhados, como é o do território do município e que vai obrigar sempre a um compromisso de monitorização e avaliação ao longo da vigência do plano que termina em 2028.

Num momento em que a ação das autarquias é cada vez mais relevante no domínio da educação, o PEEM, enquanto instrumento estruturante e prospetivo, assume um papel de destaque na planificação de ações que possam contribuir para uma educação holística e contínua dos seus cidadãos, no quadro de um plano estratégico de desenvolvimento sustentável de um determinado território integrando, por isso, uma equipa alargada de profissionais e atores do território que se organizam em torno de projetos concretos, bem definidos e participados por todos.

**É esta, no limite, a visão de uma política de desenvolvimento e educativa de inspiração progressista:** uma educação que nos prepara para o exercício pleno de uma cidadania ativa e crítica, esperando desta prática cidadã conjunta, em todas as suas dimensões, um desafio a novas aprendizagens e à contínua construção de novas realidades, resultantes da vontade e da ação de todos, que pretende transformar o Município de Mealhada num território educativo de excelência.



# Projeto Consigo do Município de Guimarães

O Plano de Desenvolvimento Social 2015-2020 do Município de Guimarães, nas suas orientações estratégicas, define a necessidade de proporcionar uma oferta diversificada de respostas sociais ajustadas às necessidades dos cidadãos e às especificidades do território.

Neste sentido, em 2016, a Câmara Municipal de Guimarães promoveu vários dos projetos de proximidade. É assim que surge o Projeto Consigo, que tem, como entidade executora, a Freguesia de Infantas. Tem como finalidade o alargamento de respostas sociais promotoras da autonomia e do bem-estar existentes no concelho, facilitadoras da permanência no seu meio familiar e social de pessoas dependentes e com incapacidades.

Para tal, o Projeto Consigo disponibiliza um banco de equipamentos adaptativos e promove um acompanhamento psicoeducativo, garantindo a inclusão através do acesso a recursos essenciais para as necessidades de vida diária.

Tendo sempre presente na sua missão contribuir para a redução do impacto ambiental e preservação do ambiente, alinhando-se assim com a estratégia municipal para o desenvolvimento sustentável “Guimarães Mais Verde”, o projeto promove a participação e envolvimento de toda a comunidade vimaranense sensibilizando para a reciclagem e/ou reutilização de equipamentos tendo presente a promoção de uma economia circular.

Para além de conciliar questões sociais, educacionais, económicas e ambientais, contando para isso com o apoio de diversos parceiros, o projeto tem também uma vertente artística, com que procura despertar outros olhares sobre as questões da incapacidade, desde logo promovendo a inclusão pela arte.

Seguindo esta premissa, o projeto lançou um desafio ao artista plástico vimaranense **Pedro Guimarães**, para a criação de uma obra de arte a partir de equipamentos destinados à reciclagem. Nasce assim a obra “ART WILL TRY TO FIX YOU”, tendo a particularidade de envolver cidadãos com incapacidades em várias fases da sua conceção e montagem permitindo o convívio com o artista plástico e com uma abordagem diferenciadora da arte.



# Projeto Tabu! do Município de Guimarães

A violência de género é um obstáculo à concretização dos objetivos da igualdade, desenvolvimento e paz, pois viola, dificulta e anula o gozo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

## Surge assim, o Projeto TABU!

Uma ideia apresentada pela comunidade à primeira edição do orçamento participativo, em 2013, e executada pela ANTI - Associação de Narrativa e Teatro de Intervenção.

Tem como **principal objetivo** a informação e sensibilização da comunidade no **combate à violência de género e de namoro**, através da dinamização de atividades pelas artes performativas.

Desenvolve ainda oficinas de teatro, em torno desta temática, junto de jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos, em **duas escolas secundárias do concelho**.

Tendo sempre presente na sua missão a **sensibilização para as questões da violência de género e namoro** adotando medidas originais e ideias inovadoras, o **projeto promove** a participação e envolvimento de toda a comunidade vimaranense contribuindo, desta forma para o cumprimento dos desígnios deste Município presentes no **Plano Municipal para a Igualdade de Género**.



# “Ler Não Custa Nada” do Município de Valongo

Na Câmara Municipal de Valongo pretende-se com esta campanha fazer uma forte promoção da leitura em todo o Concelho, investindo na compra de obras literárias recentes, sugeridas pelos Cidadãos para a Biblioteca Municipal, incorporadas numa rede de postos de entrega e recolha de livros em todas as Freguesias, sob o lema “Ler Não Custa Nada”.

Esta campanha, alicerçada no anterior mandato e lançada em 2017 pela autarquia, visa a participação ativa dos seus Cidadãos, no processo de construção contínua da coleção das Bibliotecas Municipais, pretendendo, também, atuar como ferramenta que contribui para a construção de Cidadãos responsáveis e ativos no seio municipal.

Relativamente aos objetivos da prática, podem-se salientar os seguintes:

- **promover e fomentar o gosto pela leitura e estudo autodidata**, capacitando, assim, os Cidadãos de se tornarem mais ativos e participativos na comunidade;
- **fidelize novos leitores** nas Bibliotecas e Polos de Leitura municipais;
- **combater a iliteracia**;
- **promover o livro** enquanto representação tradicional.

Esta prática intenciona uma aproximação entre as Bibliotecas e a população enquanto instrumento impulsionador de uma consciência crítica e do saber. Para remover a barreira monetária existente na aquisição de títulos, optou-se pela criação de um sistema que permitisse ultrapassar essa barreira, e proporcionasse aos Cidadãos um livre acesso aos mesmos.

Mais que uma renovação do fundo documental das Bibliotecas, esta prática veio trazer aos Cidadãos a oportunidade de se equiparem com mais ferramentas para cultivarem os seus interesses e conhecimentos, e consequentemente retribuírem, de forma ativa e participativa, à comunidade onde estão inseridas.

“Ler Não Custa Nada”, campanha de promoção de leitura



Gostaria de ler um livro  
que a Biblioteca Municipal não tem?

**Faça a sua sugestão!**

# LER NÃO CUSTA NADA...



#### Ainda não é leitor?!

Inscriba-se na Biblioteca Municipal de Valongo, nos Polos de Leitura do Centro Cultural de Alfena e da Vila Beatriz em Ermesinde ou nos Espaços do Cidadão de Sobrado, do Centro Cultural de Campo, da Travagem - Ermesinde e da Câmara Municipal.

O Município de Valongo investe no acesso à leitura. Todas as sugestões serão avaliadas e a aquisição dos livros será feita em função da disponibilidade financeira do Município e da relevância da obra para o fundo documental da Biblioteca.

Descubra o catálogo online das Bibliotecas de Valongo através do endereço <http://valongo.bibliopolis.info/> e requisite os seus livros favoritos onde for mais conveniente.

#### Mais informação:

[www.cm-valongo.pt](http://www.cm-valongo.pt) • [facebook.com/municipio.valongo](https://facebook.com/municipio.valongo)  
Biblioteca@cm-valongo.pt • 224 219 270/1/2/3 • 939 030 527



# Sessões de Educação Política e para a Cidadania do Município de Lagoa, Açores

A desinformação política, a par com a desvalorização generalizada dos seus atores, constitui um dos maiores sustentáculos do populismo sendo portanto debilitadora das instituições democráticas.

O contributo para a resolução destes problemas passa pelo investimento em **educação política e cidadania na população estudantil**, de modo a assegurar para o futuro a construção de uma sociedade eminentemente democrática, inclusiva e justa.

Por esta razão, o **Município de Lagoa desenvolve o projeto “Sessões de Educação Política e para a Cidadania”**, desde 2016, pretendendo sensibilizar para a importância da comunidade na vida social, cultural e política.

Estas sessões têm como principal objetivo promover nas camadas mais jovens um crescente interesse pela cidadania ativa, desenvolvendo-se atividades promotoras da construção de massa crítica.

# Caminhadas sem Lixo do Município de Mértola

Caminhadas sem Lixo é um projeto de sensibilização, ação ambiental e participação cívica que pretende envolver todos na promoção de um território mais limpo e livre de lixo.

Na prática, a Câmara Municipal de Mértola organizou ao longo de 2018, em parceria com as Juntas de Freguesia do concelho, um calendário de Caminhadas para apanhar lixo à beira das estradas do concelho, que envolveram as coletividades, organizações e população local. A Câmara Municipal iniciou o projeto com a primeira caminhada a 20 de janeiro, e na sequência, lançou o desafio para que cada freguesia promovesse, pelo menos, uma caminhada.

A Câmara Municipal disponibilizou, a equipa do projeto Mértola, Ambiente Global para a coordenação das ações.

## Suportes promocionais

- cartazes e divulgação no site e facebook
- sacos de lixo
- transporte para os voluntários
- recolha/transporte dos resíduos

## Em 2018 realizaram-se

**12** Caminhadas      **144** Voluntários

As Caminhadas realizam-se **aos sábados**, no período da manhã e terminam com a oferta de um pequeno lanche aos participantes, da responsabilidade das Juntas de Freguesia. No período letivo 2018/2019 o projeto foi alargado às escolas do concelho. O **calendário de Caminhadas inclui todas as escolas do 1º ciclo, Escola secundária, Escola profissional ALSUD, Universidade Sénior.**



# Parlamento Concelho - Pequenos Grandes Políticos do Município de Braga

O Parlamento Concelho - Pequenos Grandes Políticos é uma iniciativa dirigida aos jovens das escolas do 3º ciclo do Ensino Básico do concelho de Braga.

Atendendo à importância da formação dos jovens, nomeadamente na educação para uma cidadania ativa e participativa, pretende-se com esta iniciativa, recolher **propostas criativas, reflexo das preocupações dos jovens munícipes.**

A elaboração destas propostas implica a pesquisa, fundamentação e discussão das mesmas, apelando à criatividade, espírito crítico, partilha e aprendizagem entre pares. Desta forma, é objetivo da Câmara Municipal de Braga dar oportunidade aos jovens de participarem ativamente na “construção” da sua cidade, auscultando, assim, as suas ideias e projetos.

O programa termina com uma Assembleia final, com a presença do Executivo Municipal e a Mesa da Assembleia Municipal, onde são apresentadas e votadas as propostas dos jovens munícipes.

# Mini Presidente da União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão

No âmbito das comemorações do Dia Mundial da Criança, a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão, desenvolve o projeto “Mini Presidente” com a comunidade escolar, desde 2014.

Este projeto surge com o **objetivo de promover uma cidadania ativa e participativa** junto dos alunos do 1º ciclo do ensino básico da freguesia, tendo sido **alargado na 5ª edição, em 2018, ao 5º ano de escolaridade**, no âmbito de uma participação ativa na freguesia, aproximando, desta forma, os eleitos aos jovens cidadãos.

Pretende-se, desta forma, **incluir a comunidade escolar no processo de cidadania**, estando esta camada etária, normalmente, impossibilitada de manifestar as suas ideias/sugestões em relação à comunidade onde se inserem.

Durante a semana efeméride, são organizadas simulações de Reunião Pública de Executivo, nas quais os alunos se debruçam, por um lado, nos temas propostos, como por exemplo, a nível Social, Cultural, Educativo, Ambiental e Espaço Público, por outro, com as competências próprias ou delegadas da Junta de Freguesia.

Nestas sessões, enquanto uns alunos assumem o papel de “**Mini Executivo**”, composto por todos os elementos deste órgão, outros assumem o papel de **público interveniente.**



# Orçamento Participativo Municipal de São Roque do Pico

O Orçamento Participativo do Município de São Roque do Pico (OPMSRP) é uma iniciativa da Câmara Municipal de São Roque do Pico que pretende aprofundar a ligação da autarquia com os seus munícipes, visando o envolvimento de todo o concelho, através da participação dos cidadãos nas políticas governativas locais, fomentando uma cidadania ativa e participativa.

O OPMSRP é a oportunidade de cada cidadão fazer a diferença e de decidir sobre os investimentos públicos a aplicar nas diversas áreas do concelho, permitindo aos munícipes decidir como investir o montante disponível, quer através da apresentação de propostas de investimento, quer na escolha, através do voto, das propostas a implementar. Inspirado nos princípios da democracia participativa, com o OPMSRP pretende-se reforçar a qualidade da democracia, envolver os cidadãos nos processos de decisão da vida municipal, promovendo uma participação informada e consciente e permitir a transparência no exercício público do poder local.

O OPMSRP encontra-se dividido em 3 fases principais: fase da apresentação das propostas, fase da análise das propostas, fase da votação das propostas

Após a apresentação pública da proposta vencedora, o município inicia o processo de execução orçamental, dividido em 5 fases: fase do estudo prévio, fase do desenho do projeto, fase da contratação pública, fase da adjudicação/execução, fase da entrega dos projetos à população



# “Gestão Autárquica de Proximidade” do Município de Lagoa, Algarve

As presidências abertas definem-se como uma gestão municipal de proximidade, desde 2013, através de visitas programadas às freguesias com o objetivo de obter uma radiografia tão ampla quanto possível dos mais diversos aspetos a melhorar no concelho, planeando a resolução dos problemas equacionados pelas pessoas numa partilha de diversas visões por parte dos atores locais formais e informais, concorrendo para uma governação sustentável e transparente, assumindo compromissos sérios, assentes na realidade do território e na credibilidade da ação política.

As visitas coordenadas pelo gabinete de apoio às freguesias são efetuadas mensalmente pelas 6 vilas das 4 Freguesias, pelo Executivo camarário e elementos de apoio, acompanhados pelos eleitos da Freguesia e Assembleia de Freguesia e pelo Presidente da Assembleia Municipal, de forma a abranger todo o território e carências.

As visitas são previamente programadas entre o Gabinete de Apoio às Freguesias (GAF) e os presidentes de Junta para que em cada uma possam percorrer novos territórios e realidades na área das freguesias visitadas (bairros sociais, pequenos núcleos rurais, zonas piscatórias, zonas urbanas a requalificar, núcleos empresariais, associativismo, populações idosas, equipamentos desportivos e recreativos, bem como escolas).

**De cada visita é efetuado** um relatório elencando as ações a executar, sendo efetuada com periodicidade a sua monitorização no terreno com os presidentes de junta e técnicos da autarquia.

**O modelo possui ainda** a vantagem do contacto direto com as populações no seu local de trabalho ou de residência, para além da existência de fóruns de atendimento pelo executivo nos locais de visita. Aproximar os gestores autárquicos das pessoas, onde elas se encontram, inovando na informalidade como primeira instância e posteriormente formalizar a execução dos problemas detetados acelera a realização dos procedimentos e a sua resolução. Permitindo aos decisores priorizar o que realmente afeta e é detetado como problema pelas pessoas.



# Lourinhã #Governança Transparente do Município de Lourinhã

A iniciativa “Lourinhã #Governança Transparente” é um projeto de democratização da ação política das autarquias ou de qualquer entidade pública ou privada com responsabilidade na gestão da coisa pública.

A implementação deste projeto para além de ter de contribuir para uma gestão transparente e participativa das organizações, contribui também para uma aproximação dos cidadãos aos decisores políticos, e consequentemente para o aumento do interesse destes pela política e pelo momento de decisão dos eleitos locais, ou seja, pelo voto.

Os decisores políticos que implementem este projeto nas suas organizações serão certamente reconhecidos pela transparência na decisão e execução dos programas políticos, com benefícios para a prática de democracia e respeito pelas instituições.

# Provedor Municipal do Município de Gondomar

A instituição do Provedor Municipal em Gondomar tem por objetivo criar um mecanismo de controlo da transparência e da boa administração, assegurando, através de meios informais, o respeito pela imparcialidade, proporcionalidade, igualdade, justiça e legalidade da atividade administrativa municipal.

O Provedor Municipal do Município de Gondomar assume-se assim como um mediador entre os munícipes e os órgãos e serviços municipais, constituindo-se como um reforço de garantias daqueles em face da atuação destes, sendo esta a génese da instituição do cargo e a formulação do respetivo estatuto em dezembro de 2014.

O Provedor Municipal tem como função garantir a defesa e prossecução dos direitos, liberdades, garantias e interesses legítimos dos particulares e pessoas coletivas perante os órgãos e serviços municipais, privilegiando-se a defesa dos cidadãos com maior fragilidade, designadamente pessoas portadoras de deficiência, com dificuldade de comunicação e mobilidade, das crianças e idosos em risco, de pessoas em elevada fragilidade económico-social, dos inquilinos municipais e dos animais abandonados do Concelho.

O Provedor Municipal exerce a sua atividade com independência e autonomia e as suas funções com imparcialidade face aos órgãos municipais, partidos políticos ou movimentos de cidadãos, não podendo ser designado para o cargo qualquer cidadão com dependência económica, profissional, laboral ou política do Município.

O Provedor Municipal deverá ser um cidadão residente e recenseado em Gondomar, que goze de comprovada reputação, integridade, independência e competência, sem qualquer ligação profissional ou económica aos serviços municipais, ou empresas ou funcionários de serviços municipais, e não exercer em simultâneo qualquer cargo político de natureza partidária ou autárquica. Para o bom exercício das suas funções, o Município assegura todos os meios, materiais e humanos, que se mostrem necessários.



# “Igualdade Local, Cidadania Responsável” do Município de Oliveira do Hospital

O projeto “Igualdade Local: Cidadania Responsável” tem como objetivo apoiar a implementação de uma política concelhia integrada de promoção da igualdade de género e contribuir para a redução das principais formas de desigualdade patentes, através de dois eixos: corrigir as desvantagens na educação, formação e qualificação profissional e ultrapassar as discriminações e reforçar a integração de grupos específicos.

Pretende, assim, ser um modelo de boas práticas em prol da luta contra a violência de género, promovendo ao mesmo tempo uma cultura de cidadania ativa e democrática.

Este projeto tem-se revelado um importante espaço de auscultação dos cidadãos, de partilha de decisões e de construção de relações comunitárias, que aumentam a confiança dos cidadãos na política e nas instituições locais e que promovem transformações na política local, na vida social e económica da comunidade. Trata-se, portanto, de um processo de aprendizagem conjunta entre estrutura autárquica e comunidade, ao permitir ao executivo municipal ficar conhecedor da realidade do seu concelho, das necessidades do território e adotar políticas mais eficazes, no que diz respeito à igualdade de género, assim como ter uma comunidade informada e participativa, capaz de debater e defender os seus ideais e interesses.

O Município de Oliveira do Hospital através deste projeto tem vindo a dedicar o mês de junho à promoção da igualdade de género, colocando o tema na agenda pública concelhia, através de um conjunto vasto de iniciativas, que desafiam os munícipes a envolverem-se ativamente no combate à discriminação de género e às diversas formas de violência, **como por exemplo:**

- **ações de rua**
- **exposições e instalações**
- **debates e mesas redondas**
- **cinema e iniciativas de sensibilização** dirigidas a várias faixas etárias
- **comemoração do Dia Municipal para a Igualdade**, 21 de Junho, com o lema “O sol quando nasce é para tod@s”, pelo simbolismo de estar associado ao dia do solstício de verão, maior dia do ano e de exposição solar



# Projeto Educativo Municipal, Leiria Concelho Educador 2018/2021



O Projeto Educativo Municipal - Leiria Concelho Educador (PEM) é um plano estratégico para o desenvolvimento do concelho, de natureza multissetorial, assente numa cultura colaborativa de trabalho em rede, sistemática e coerente, alavancada por comunidades de aprendizagem dinâmicas e proactivas, unidas em torno da identificação e prossecução de objetivos comuns.

O PEM consagra uma orientação educativa e participação dos atores educativos na construção de uma verdadeira comunidade crítica de aprendizagem. Potenciando a integração de dinâmicas relacionadas com as iniciativas de todos os membros da comunidade educativa, o PEM estreita laços entre a escola, a família e a comunidade e valoriza a iniciativa de todos e de cada um dos participantes, na dupla perspectiva de satisfação dos objetivos do sistema educativo e da realidade social em que a escola se insere. Enquanto documento de orientação/ação estratégica, o PEM comunga do princípio de que as respostas educativas de natureza comunitária têm um papel crítico na promoção do desenvolvimento do território, conferindo aos projetos educativos das escolas identidade local e cultural. Numa perspetiva de construção de desenvolvimento local sustentável e promoção da qualidade de vida, alia as dimensões da **educação, família, cultura, sociedade, cidadania, ação social, saúde, património e economia.**

Na sua matriz conceptual, assenta nos pressupostos de inovação social de base comunitária. As ações que integra devem ser entendidas como **enriquecedoras e complementares** da sala de aula, que expressam a preocupação do município em articular programas, projetos e ações comunitárias com as propostas curriculares, trazendo a escola e a comunidade às bibliotecas, museus, aos espaços culturais e desportivos e ao património... **num total 58 ações.**

O PEM tem por base uma metodologia de investigação-ação, considerada como um veículo excepcional de mobilização e ativação da consciência crítica dos atores sociais envolvidos.

As atividades que integram o PEM visam promover o **desenvolvimento holístico dos alunos** em particular e da comunidade em geral com vista ao exercício pleno da cidadania individual e coletiva, fator essencial para a aquisição de competências para a prática da democracia participativa.





# Núcleos de Proteção Civil (NPC) do Município do Funchal



Os Núcleos de Proteção Civil são organizações comunitárias de carácter voluntário que permitem aos residentes em áreas expostas a situações de perigo e à comunidade escolar dessas zonas construir uma resposta coletiva na prevenção e mitigação dos riscos na sua área de referência, participando assim de forma ativa na sociedade.

Este projeto visa sensibilizar para a importância de saber agir numa situação de emergência através da promoção do espírito de entreatajuda, da solidariedade, da confiança e da cidadania ativa. Os principais objetivos destas unidades são a construção de uma cultura de prevenção e mitigação dos riscos, o aumento da perceção sobre o risco de catástrofes e o desenvolvimento de uma relação de proximidade com a comunidade local neste âmbito. O projeto promove ainda a aquisição de competências por parte dos cidadãos que integram os Núcleos para intervir nas diferentes fases da Proteção Civil e a doação de um kit de Proteção Civil que permite à população agir em situações de risco iminente.

A implementação deste projeto constitui uma mais-valia para a gestão de risco à escala municipal e para o desenvolvimento de uma “Proteção Civil de proximidade”. A Câmara Municipal do Funchal define uma estratégia de prevenção promovendo a consciencialização, o envolvimento e a participação

da comunidade na construção de uma cultura de segurança e adoção de comportamentos de prevenção e autoproteção responsáveis e adequados perante situações de emergência.

De um modo geral, residentes e comunidade escolar assumem um papel preponderante na partilha e troca de conhecimentos com os familiares e vizinhos na sua proteção e segurança, responsabilidade que compete a todos.

O envolvimento da comunidade neste tipo de situações, além de aumentar a eficiência dos mecanismos de prevenção municipais, contribui para a monitorização das ameaças existentes e identificação de novas situações de perigo, reduzindo o risco e promovendo a construção de um município mais resiliente.



# ENCOSTA - Programa de Regeneração Urbana e Social da Encosta de S. Vicente - Estratégia de Comunicação e Divulgação

A prática aqui apresentada é a Estratégia de Comunicação e Divulgação do Programa ENCOSTA – Regeneração Urbana e Social da Encosta de S. Vicente, que integra o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Torres Vedras (PEDU).

O PEDU congrega ações de regeneração urbana, mobilidade e intervenção social inscritas em diversos planos de ação, cuja abrangência e especificidade levaram ao desenvolvimento de estratégias de comunicação específicas para cada um. Um trabalho que levou a que a comunicação do programa “Encosta” fosse adaptada, tendo em conta a escala e o público-alvo em causa, e que se centrou nos projetos inerentes ao Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) e ao Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD).

A estratégia assenta numa “comunicação de proximidade”, com o objetivo de incluir a comunidade no processo de regeneração urbana, garantindo que as ações previstas resultem numa regeneração física e social duradoura e autorregulada. As ações do programa “Encosta” têm sido comunicadas no contexto deste continuum, como resultado de um plano maior de regeneração urbana.

Com esta estratégia de comunicação pretende-se, sobretudo, informar, divulgar e envolver a população de forma objetiva e transparente, utilizando os instrumentos

de comunicação que melhor se adequam em função das tipologias de público-alvo e das próprias intervenções.

Pretende-se, desta forma, informar a opinião pública sobre as ações, seus objetivos e relevância no contexto da cidade, fomentar a participação e interação da população e envolver a população e agentes locais ao longo de todo o processo, ancorando o programa “Encosta” na comunidade residente.

Outros dos objetivos desta estratégia de comunicação passam por divulgar a evolução da implementação das ações junto do respetivo público-alvo, reforçar a aprendizagem organizacional e social, aumentar a corresponsabilização e sensibilizar para a importância da preservação do edificado e do espaço público, promover a inclusão social pela arte, reforçar a autoestima da comunidade e divulgar o papel da União Europeia no financiamento das ações.



